



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

**ATA SUMÁRIA REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONCIDADE NATAL DE 25 DE MAIO DE 2015.**

PAUTA:

- a) Posse de novos conselheiros no Concidade Natal;
- b) Aprovação de Atas referentes às reuniões anteriores;
- c) Apresentação do Relatório Anual do Concidade Natal – ano base 2014;
- d) Definição do fluxograma das análises das Regulamentações das ZPAs e Plano Diretor;
- e) Informes acerca das ZPAs 6 e 10.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2015, teve início às 14h32, em segunda
2 chamada, a primeira reunião ordinária do corrente ano, presidida pelo Sr. Albert Josué
3 Neto, que justificou a ausência do Presidente Sr. Carlos Eduardo Nunes Alves e do
4 Presidente Interino, Sr. Jonny Costa, devido a outros compromissos do Executivo
5 Municipal. Josué Neto apresentou a pauta da reunião: Posse de novos conselheiros no
6 Concidade Natal; Aprovação de Atas referentes às reuniões anteriores; Apresentação
7 do Relatório Anual do Concidade Natal – ano base 2014; Definição do fluxograma das
8 análises das Regulamentações das ZPAs e Plano Diretor; Informes acerca das ZPAs 6
9 e 10. Invertendo a ordem dos temas, os trabalhos foram iniciados pela apresentação do
10 relatório anual de atividades do Concidade, referentes ao ano de 2014, realizado pela
11 secretária executiva Juliana Rocha. Na apresentação foi dado ênfase a prestação de
12 contas referente ao quantitativo de reuniões realizadas e dos principais temas e
13 atividades como: renovação de todo o quadro de conselheiros para o 2º mandato do
14 Conselho 2014-2017, a partir das indicações do executivo e movimentos sociais, além
15 das eleições para representantes territoriais; posse do primeiro vice-presidente do
16 Concidade e, análise e aprovação de parecer concernente a minuta referente a
17 regulamentação da ZPA 6, além do encaminhamento da ZPA 10 para análise da
18 Comissão Técnica. Após a apresentação, seguiu-se para o segundo ponto de pauta, a
19 aprovação das atas do Conselho referentes as reuniões de 19 de novembro e 08 de
20 dezembro de 2014. As conselheiras Marise Costa e Ruth Ataíde opinaram pequenos
21 ajustes nos textos de ambas as atas. A ata do dia 08 de dezembro, que continha sutis
22 correções na redação, foi aprovada por unanimidade. Já a ata de 19 de novembro, por
23 conter a alteração de algumas frases ficou para ser novamente apresentada e aprovada



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

24 ao término da reunião, tendo em vista o adiantar do horário e a necessidade de vencer
25 os demais pontos de pauta. Josué Neto, dando prosseguimento a reunião, informou que
26 estavam tomando posse 10 novos membros do Concidade, sendo eles representantes
27 do executivo e legislativo. Assim, passou a palavra para o Sr. Eduardo Costa,
28 funcionário da Secretaria de Administração do Município (SEMAD), responsável pelo
29 termo de posse, que fez a leitura do termo e a chamada dos novos conselheiros para
30 assinatura da ata de posse. Dos novos conselheiros, fizeram-se presentes: Sávio
31 Ximenes Hackradt (titular) e Adriano Gomes da Costa (suplente) pela URBANA; Antônio
32 Fernandes Carvalho Júnior (titular) pela SEMSUR; Marcelo Caetano Rosado Maia
33 Batista (titular) pela SEMURB; Irani Santos (suplente) pela SEMPLA; Carlos Frederico
34 Queiroz Batista da Silva (titular) pela SETUR; Ver. Sandro Pimentel (titular) e Ver. Hugo
35 Manso Júnior (titular) pela CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL. Estiveram ausentes da
36 posse: Kepler Santos Lima de Brito (suplente) pela SEMURB e Luiz Roberto Leite
37 (titular) pela SMS. Tendo em vista a chegada desses novos conselheiros, Josué Neto
38 realiza uma breve fala sobre o que é o Conselho da Cidade, qual seu objetivo principal
39 e suas atribuições. Informa ainda que sua composição é de 52 membros, mas ainda
40 não se faz completa restando o preenchimento de algumas vagas de representantes
41 territoriais e de representações sociais, como é o caso das ONGs e do Movimento
42 Estudantil. A conselheira Marise Costa pede a palavra e sugere que a deliberação
43 sobre as vagas remanescentes possa fazer parte da pauta da próxima reunião do
44 Concidade Natal. O próximo ponto de pauta, então é aberto pelo vice-presidente Josué
45 Neto, 'definição do fluxograma das análises das Regulamentações das ZPAs e Plano
46 Diretor'. Para iniciar, Josué Neto relembra que no início do processo de regulamentação
47 das Zonas de Proteção Ambiental, numa das audiências públicas foi estabelecido e
48 aprovado que as ZPAs deveriam passar por audiências, pois trata-se de um evento
49 consultivo e que, numa delas, ficou decidido que seria criada uma conferência
50 específica ao término das análises dos processos pelo Concidade. Josué Neto levanta
51 então a questão para debate sobre o sentido da conferência e a atribuição do
52 Concidade, haja vista, ser este um conselho deliberativo, formado por 52 membros
53 presidido pelo próprio prefeito. Informa que, historicamente, qualquer decisão pública
54 que venha a ser tomada se utiliza audiências, pois estes são instrumentos eficazes para
55 se ouvir a sociedade a respeito dos mais variados temas. Assim, especificamente, em



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

56 se tratando das ZPAs, o vice-presidente informa que o processo da ZPA 6 foi analisado
57 pelo Concidade, que emitiu parecer no final de 2014 e encaminhou para a SMG, que
58 deveria direcioná-lo à Procuradoria Geral do Município (PGM), para, em sequencia, ser
59 encaminhado para a Câmara de Vereadores. Informa ainda que, quando os processos
60 chegam ao Concidade, é de praxe a nomeação de um grupo de conselheiros para
61 análise e parecer, o qual é discutido em plenário no Conselho. Josué Neto continua sua
62 explanação explicando que, com relação a zpa 10, também se procedeu da mesma
63 forma. Foi nomeado um grupo coordenado pela Procuradora do Município e
64 Conselheira Cássia Bulhões. Informa ainda, que o processo não foi concluído e que é
65 por isso que o tema saiu da pauta desta reunião. Atualmente o processo se encontra na
66 SEMURB para atendimento a uma diligência da comissão e informa que hoje a
67 Secretaria Executiva do Concidade recebeu um abaixo assinado oriundo da
68 comunidade de Mãe Luíza para ser encaminhado à comissão. Josué Neto anuncia
69 então a presença do Sr. Jonny Costa. Voltando à discussão do fluxograma, defende
70 que as instâncias de caráter participativo aconteçam até o Concidade, e não depois
71 dele. A Conselheira Marise Costa, com a palavra, explica que ultimamente participou
72 dessa discussão com a SEMURB na presença do Ministério Público, de onde foi
73 encaminhada uma alteração no fluxograma. Pelo que tem anotado, em vez de ser esta
74 conferência aconteceria uma audiência para publicizar o estágio das regulamentações e
75 que esteve na SEMURB em reunião no dia 28 de abril, na presença do Dr. Márcio
76 Diógenes, sobre o tema. Informa ainda que, essa proposta ficou consensuada, na
77 presença da assessora de Dra. Gilka da Mata e que, pelo seu entendimento trata-se
78 das audiências do Plano Diretor. Ruth Ataíde questiona sobre a intenção desta
79 discussão e relembra que na pauta já apresentada, nesta reunião, estas questões já
80 haviam sido discutidas e deliberadas desde 19 de novembro último. Diz que este
81 conselho já possuía uma deliberação sobre a questão da decisão do fluxograma na
82 audiência da ZPA 9 e alerta para o tempo que está sendo gasto com estas questões.
83 Diz sentir que a SEMURB está com dificuldade de entender a importância das
84 audiências públicas. Florésia, representante da SEMURB, explica que a audiência da
85 ZPA 9 não aconteceu ainda porque o produto não está pronto. Diz ainda que entende
86 que esta audiência deve acontecer, seguindo o fluxo da ZPA 9. O fluxograma foi
87 aprovado e acatado pelo órgão e, em nível de conselho, isso foi deliberado. Florésia



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

88 explica que, com relação as ZPAS 6 e 10, estas já passaram pelos Conselhos, e que
89 corrobora com o aspecto de autonomia do Concidade. Explica, direcionando às
90 observações da Conselheira Ruth, que não foi a SEMURB que *startou* o processo. Na
91 verdade, desde 2013 a SEMURB está trabalhando os elementos do Plano Diretor, pois
92 tudo isso se refere ao Plano, mas que há itens da Lei de 2007 que impedirão de colocar
93 na prática. Assim, é preciso trabalhar em paralelo o Plano Diretor. Informa ainda que a
94 SEMURB tem se surpreendido com tantas audiências da Câmara e da UFRN, e tudo
95 isso, na verdade, tem haver com o Plano Diretor. Assim, se não for trabalhado alguns
96 artigos do plano diretor, as regulamentações não funcionarão. Florésia pede então para
97 a técnica da SEMURB Daniele Salviano, apresentar um novo fluxograma, explicando
98 ponto a ponto. Daniele diz que o novo fluxograma se difere muito pouco do anterior, o
99 que a SEMURB fez foi redesenhar a proposta com base nas discussões com o
100 Ministério Público. Explica que a mudança se concentra no item em que havia
101 conferência, sendo proposta em seu lugar uma audiência após o Concidade, para
102 publicizar daquilo que ali fora votado. A partir daí, esta proposta receberia o título de
103 proposta final para seguir para a PGM. Floresia chama atenção para o fato da audiência
104 não ser deliberativa e Neto reafirma que, o próprio Concidade faria esta audiência, mas
105 não com instancia decisória. Florésia então questiona em que momento este
106 fluxograma seria aprovado de fato. A conselheira Marise Costa diz que, temos uma
107 minuta de projeto de lei da ZPA nº 6 pronta e que a ZPA nº 10, embora esteja no
108 Conselho não foi concluída ainda e que, para objetivar propõe a aprovação numa
109 audiência pública. Nela, seria apresentado o estagio da regulamentação das zpas, se
110 discutiria e se redefiniria o fluxograma e a questão das regulamentações em paralelo
111 com o plano diretor. Ruth Ataíde explica que naquele momento eram seis ZPAs em
112 processo de regulamentação, quase uma revisão do plano diretor e, como o processo
113 não andou como foi programado, teme pela chegada de uma nova nomeação sem o
114 término do processo e reforça que, as matérias antes de entrar no executivo estejam
115 fortemente calçadas no debate popular. Sabe que a tentativa era seguir o fluxo. Josuá
116 Neto com a palavra, diz que está colocando que a audiência possa acontecer para
117 fortalecer a consulta popular. Assim, que a audiência aconteça, mas que o documento
118 que saia seja do Concidade. O participante externo, Ion de Andrade pede a palavra e
119 explica que a preocupação da comunidade de Mãe Luíza é assegurar a participação da



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

120 sociedade e expressa que, em sua opinião, a comunidade não está participando dos
121 debates e solicita esta participação. Josuá Neto passa para o conselheiro Constantino
122 expõe de sua preocupação sobre os encaminhamentos já aprovados neste conselho e
123 expressa que os representantes do poder publico não se fazem presentes durante toda
124 a reunião, permanecendo na plenária apenas um tempo de 40 minutos. Fala da
125 necessidade de se ter compromisso. O Vereador Hugo Manso, com a palavra faz dois
126 questionamentos, sobre o quórum para votação e sobre os integrantes da comissão de
127 análise da ZPA 10. A secretária executiva responde as indagações do vereador,
128 informando sobre o Regimento Interno do Conselho, já aprovados delibera sobre o
129 quórum e que está na página do Conselho à disposição. Além disso, informa sobre os
130 componentes da comissão de análise. A conselheira Ana Adalgisa, membro da
131 comissão, em resposta ao participante Ion Andrade, informa que diz que a comissão vai
132 tomar esta iniciativa de manter a participação da comunidade de forma mais ativa. Ion
133 explica que, o que o moveu foi a representação da comunidade pelo desejo de que ali,
134 em Mãe Luíza, seja criado um parque municipal. A conselheira Rosa de Fátima,
135 representante da SEHARPE, questiona sobre a ZPA 6, já foi remetida para a PGM, se
136 ela voltaria para o Concidade, dizendo entender que devam haver tratamentos
137 diferenciados, tendo em vista os processos. A conselheira Floresia, com a palavra diz
138 entender que a proposta é voltar ao fluxograma, mas a partir da ZPA 10 para enriquecer
139 o projeto de lei. Josuá Neto propõe que seja feita audiência todas as vezes que chegue
140 um processo novo ao Conselho, mas que use-a como forma de colaboração e não
141 como instancia de decisão. Assim, a ZPA 6 voltaria ao Concidade para a realização da
142 audiência para publicização dos resultados. E que, em sua opinião, o conselho não
143 deve colocar a decisão do fluxograma na audiência porque senão deveremos fazer
144 essa prática em tudo. E questiona, uma audiência pode colocar a decisão de um
145 conselho abaixo? E relembra que o Conselho trabalha com pessoas eleitas, e que
146 numa audiência é muito incerto. A conselheira Ruth Ataíde expõe que é possível
147 combinar os processos. O CONPLAM era, por exemplo, considerado instância final, e
148 isso mudou, e aí veio o Concidade e estamos fazendo uma nova proposição, que
149 estamos vivendo novos momentos. A audiência, nesse caso, lembrando a SEMURB
150 em 2006, em paralelo a elaboração do Plano Diretor, contratou o IBAM para fazer as
151 propostas de regulamentação das dez ZPAs e informa que, quando o processo



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

152 começou, a Prefeitura iniciou também o processo de participação popular e, como não
153 havia um desenho proposto, e conclui dizendo que, em sua opinião, quem pode propor
154 é quem coordena o processo, no caso, a SEMURB. A conselheira Ruth finaliza
155 opinando sobre quem deveria encaminhar o processo para o PGM, no caso a
156 SEMURB. Josué Neto retoma a questão do caráter deliberativo do Concidade,
157 retrucando que, quem deve encaminhar à PGM é mesmo o Conselho. E observa que a
158 atuação dos outros conselhos como Câmaras Temáticas, pois estes possuem visão
159 específica em cada temática. No caso do Concidade, este conselho possui uma visão
160 da integração das políticas. A conselheira Marise Costa observa que esta discussão era
161 mesmo necessária para se formatar uma proposta, tendo em vista que essa é a
162 primeira vez que o Concidade tem a oportunidade de exercer seu ofício, haja vista que
163 antes o Conselho não estava bem estruturado. Diz ainda que, uma coisa é levar para
164 uma audiência pública é um dos meios que o Concidade utiliza para atingir seu objetivo
165 de participação popular, a segunda questão é a sistematização das informações
166 adquiridas. Dra. Marise sugere duas propostas: na primeira, haveria uma Conferência
167 com várias ZPAs, depois disso o processo seguiria para o Concidade com o Processo
168 em mãos leva para uma audiência propositiva, de lá encaminha as sugestões para
169 SEMURB, que sistematiza, e, da SEMURB para o Concidade para análise e parecer e,
170 de lá para a PGM e de lá para a CMNAT. Uma outra proposta seria a realização de uma
171 audiência pública sem proposições, para o Concidade, para a PGM e de lá para a
172 CMNAT. Dra. Marise relembra que dia 19/11 já havia sido votado, entretanto a
173 discussão voltou à tona e questiona a plenária de rediscutir-se-à o fluxograma na
174 audiência ou agora? E continua dizendo que, a segunda questão que vem para o mérito
175 é a do fluxograma, pois, ainda que a audiência não tenha o poder de alterar, ela tem o
176 poder de propor, e assim o Concidade deve considerar. Com a palavra, Floresia diz
177 que, é preciso ter horizontes, precisamos fechar esse processo sobre a ZPA, haja vista
178 que o adensando está ocorrendo de forma indiscriminada. O Ver. Hugo Manso, com a
179 palavra, observa que a participação popular é bastante necessária, expressando que
180 podemos ouvir a sociedade com otimização, e que cabe a este Conselho a deliberação.
181 E completa, dizendo que temos a necessidade de estabelecer um cronograma para
182 começarmos. Ouvirmos a comunidade é fácil, a demora está aqui. Hugo acha que esse
183 debate já foi visto e resolve o nosso problema, e agora o que queremos é fazer o



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

184 debate real e isso vai levar tempo. O que sente é que a população quer saber, quer
185 participar. Josuá Neto explica que o Concidade possui comissões técnicas dentro do
186 conselho e externas e, veio propostas como a de Ion só não tem direito a voto. O
187 conselheiro Milklei fala da morosidade e observa que o Conselho tem sua parcela de
188 representantes da Sociedade Civil e que estes sejam chamados a participar mais. Com
189 a palavra, a técnica da SEMURB, Daniele, coloca sua sugestão para uniformizar o
190 procedimento para as ZPAs. Assim promoveríamos uma audiência e nela
191 apresentariam o cronograma da proposta de mudança do fluxograma e os
192 esclarecimentos sobre o Plano Diretor, fecha-se este “pacote” e se dá continuidade ao
193 trabalho e traz uma sugestão, redesenhar no fluxograma as possibilidades para a
194 votação. Dra. Marise Costa lembra que devemos votar esse novo fluxograma ou decidir
195 em relação a audiência pública, mediante ao que já fora decidido dia 19/11. E completa
196 dizendo que, se for decidido aqui é legítimo. A conselheira Ruth Ataíde fala que deve
197 haver a audiência proposta pela SEMURB e que o Concidade leve a sua proposta para
198 ela. E observa que, quem tem que propor a audiência é a SEMURB, devemos
199 aproveitar o mesmo instante. Josuá Neto diz que, insistindo no aspecto jurídico, não
200 devemos colocar uma decisão do Concidade numa audiência pública, a não ser que
201 seja para publicizar. Dra. Marise diz que, a única questão que não chegou ao consenso
202 é se será uma audiência. O que está sendo objeto de discussão é este fluxo que será
203 apresentado para conhecimento ou para decisão. Dra. Marise solicita que cheguemos
204 ao consenso sobre fluxograma e audiência e parte então para o que deve acontecer na
205 audiência promovida pela SEMURB: 1º) apresenta o cronograma das regulamentações.
206 2º) reapresentar o novo fluxograma das regulamentações aprovado no Concidade e 3º)
207 justificar do porquê é necessário a revisão do Plano Diretor. Quando voltar da SEMURB
208 termina no Concidade. Albert Josuá relembra que a decisão do Concidade não poderá
209 ser alterada pela audiência, que fique claro que será para contribuição, não para
210 alteração. E completa dizendo que cabe ao Concidade a realização da audiência da
211 ZPA 6. Assim, é posto em votação a audiência pública realizada pela SEMURB, 12
212 votos a favor da aprovação nesta plenária do novo fluxograma sendo: o processo de
213 regulamentação chega ao Concidade, este promove uma audiência, os resultados da
214 colaboração retornam junto ao processo para a SEMURB que sistematiza e depois
215 devolve ao Concidade que analisa, emite parecer, aprova e encaminha para a PGM.



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

216 Após a votação, a Secretária Executiva solicita a aprovação da ata do dia 19 de
217 novembro de 2014. Em decorrência do esvaziamento da plenária, fica estabelecido que
218 a ata será reenviada para os conselheiros por e-mail, estabelecido um prazo de 48h
219 após o envio por e-mail para contraditórios e depois publicada. A reunião é então
220 encerrada à 17h04.

Conselheiros titulares e suplentes presentes	
Adriano Gomes Costa (URBANA)	
Albert Josuá Neto – SEHARPE	
Ana Adalgisa Dias Paulino – FIERN	
Alexandre Henrique Gusmão Gonçalves (SEL)	
Antônio Fernandes Carvalho Júnior (SEMSUR)	
Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva (SETUR)	
Francisca de Fátima Lima Barbosa (SEMSUR)	
Francisco Constantino Sobrinho – Representante Territorial	
Hugo Manso Júnior (CMNAT)	
Irani Santos (SEMPA)	
João Bosco da Silva Carvalho (Rep. Territorial)	
João Maria de Oliveira – Representante Territorial	
Maria José de Medeiros (SEMTAS)	
Marcelo Caetano Rosado Maia Batista (SEMURB)	
Marise Costa Souza de Souza Duarte (PGM)	
Milklei Leite de Farias (rep. Territorial)	
Rejane Maria de Oliveira (SEMPA)	
Rosa de Fátima Soares de Souza (SEHARPE)	
Ruth da Costa Ataíde (UFRN)	
Sandro Pimentel	
Sérgio Henrique Andrade de Azevedo (FIERN)	
Sávio Ximenes Hackradt (URBANA)	
Vital Gorgônio da Nóbrega (SEMOV)	

Albert Josuá Neto
Vice-presidente do Concidade Natal

Juliana Rocha de Azevedo da Costa
Secretária Executiva do Concidade Natal



PREFEITURA DO
NATAL
A NOSSA CIDADE

**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**